

Kinesis, 1993, 11, 17-52

pesquisas

**A Visão das Empresas Gaú-
chas Sobre as Atividades Fí-
sico-desportivas na Empresa**

*The opinions of the
Companies from Rio Grande
do Sul about Physical sportive
activities offeres to their
employees*

**Adauto João Pulcinelli
Renan Maximiliano Fernandes Sampedro**



Resumo

O propósito fundamental do presente trabalho foi demonstrar os objetivos e/ou intenções das empresas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul para com as atividades físico-desportivas voltada aos seus funcionários.

Aparentemente ocorre nas empresas com mais de 300 funcionários a maior incidência de instalações e programas de atividades físico-desportivas voltados aos funcionários; basicamente a maioria destas práticas estão voltadas aos aspectos sociais proporcionados por tais atividades. Apesar das atividades físico-desportivas estarem presentes nas empresas localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, a presente investigação não encontrou evidências científicas demonstrando se os objetivos pretendidos são de alguma forma alcançados.

Abstract

The following theses identify the objectives of physical-sportive activities normally offered to employees by companies of Rio Grande do Sul. Using a frequency distribution of nominal data was possible to verify the outline of these companies in relation of how they are using physical-sportive activities in the work process. The greater incidence of physical-sportive activities was found in companies with more than 300 employees. These activities were management for a social objective, specifically to increase a social relationship among the employees and their social integration with the companies. Despite the physical-sportive activities have been offered for some time, this investigation did not find any study from the companies that analyzed the efficiency of these activities in relation of their objectives. In other words, there was no scientific study that showed if the objectives of these activities were reached or not.



Introdução

Os exercícios físicos e os esportes são manifestações já inseridas na cultura humana, que merecem ser analisadas com maior profundidade e atenção, uma vez que estes fenômenos despertam cada vez mais, o interesse popular em função do caráter estético, utilitário, social e educativo atribuídos a estas atividades.

Atualmente percebe-se que estas manifestações são tradicionalmente pensadas como instrumentos para se atingir determinados fins, ou seja, tanto os esportes como os exercícios físicos generalizados são tidos, cada vez, mais como meios para solução de problemas sociais (drogas, alcoolismo, violência, etc), como conteúdo do processo educativo (Educação Física Escolar), como tônico para o stress dos grandes centros urbanos, como meio de preparação para o trabalho industrial, etc, (Betti, 1988).

Na literatura pode-se encontrar numerosos estudos que registram os benefícios dos esportes e dos exercícios corporais na condição de vida do homem moderno e cedo constatou-se que estas atividades melhoram significativamente a capacidade de desempenho funcional do ser humano, seja a nível muscular, orgânico, mental, ou mesmo social. Dentro deste universo de estudos, merecem destaque as obras de *Astrand & Rodahl (1987)*, *Mathews & Fox (1986)*, *Costa (1988)*, *Leite (1990)*, *Gaelzer (1985)*, *Dieckert (1984)*, entre outros, que procuraram evidenciar os possíveis benefícios proporcionados pela prática sistemática de atividades físicas na aptidão total do homem.

É de se supor que os motivos que levaram um número tão elevado de investigadores à realização de tantos estudos, encontram-se vinculados ao estabelecimento de uma estreita correlação entre as atividades físicas (ou a inatividade) e as doenças ditas da civilização moderna ou “hipocinesias”, já que atualmente o trabalho, devido ao seu elevado grau de automação e mecanização, tende a um subdesenvolvimento das funções orgânicas, musculares e mentais, ao mesmo tempo em que provoca um “stress” emocional intenso, conseqüência do excessivo impulso competitivo e necessidade de cumprimento de prazos por parte de quem trabalha.

Esta tendência para a automação e mecanização dos locais de trabalho é claramente descrita por *Costa (1988)*, o qual registra que durante o período da Revolução Industrial o esforço humano forneceu cerca de 30% da energia empregada no processo de produção e, atualmente, calcula-se que este valor represente, nos países desenvolvidos, apenas 1% do total da ener-

gia gasta nestas operações.

O estudo das conseqüências que o progresso tecnológico e o aumento dos hábitos sedentários podem ocasionar no funcionamento corporal humano tem levado pesquisadores de diversos países a buscar soluções para que, gradativamente, o homem retorne às suas condições favoráveis de vida, dando-lhe maior possibilidade de sobrevida e bem-estar. Dentro deste contexto, os esportes e as atividades físicas são possíveis respostas que se pode oferecer ao homem que trabalha, esteja ele situado a nível de direção, gerência, mestria ou execução, pois todos são atingidos pelas doenças hipocináticas.

Conforme *Costa (1990)*, as contribuições da atividade física regular e sistemática no que se refere à prevenção ou mesmo restabelecimento, dos processos degenerativos foram relatadas em diversos estudos principalmente nos países ditos economicamente desenvolvidos, onde, por iniciativa de empresas públicas e privadas, programas físico-desportivos são acoplados ao processo de produção. Os resultados de tais investigações vieram mostrar que, além dos benefícios orgânico-funcionais obtidos pelos trabalhadores como a redução do percentual de gordura corporal, redução dos níveis do colesterol, redução da tensão arterial, eliminação dos problemas da coluna vertebral, da ansiedade e da depressão, a própria instituição empregadora foi beneficiada com aumento de produtividade (2 a 5%), redução dos acidentes de trabalho (20 a 25%), redução da rotatividade de pessoal (10 a 15%) e redução do absenteísmo (15 a 20%), (*Costa, 1990*).

Por outro lado, quando analisada a contribuição dos programas físico-desportivos no processo de produção do Brasil, a realidade é um pouco diferente. A experiência brasileira, mesmo amparada por dispositivos constitucionais que asseguram ao trabalhador direitos para a melhoria de sua condição social (Constituição Brasileira de 1988 Art. 7º), e concedendo incentivos fiscais às pessoas jurídicas que promovem o desenvolvimento de programas físico-desportivos nas próprias empresas em benefício de seus empregados e respectivos familiares (Lei 7.752 de 14/04/89), ainda é alvo de um tratamento de país sub-desenvolvido, pois segundo *Costa (1990)*, carece de documentação e, principalmente, investigações e estudos científicos.

Ciente desta situação, o presente estudo aponta para a necessidade de se estabelecer uma caracterização das atividades físico-desportivas

adotadas pelas empresas, uma vez que estas, além de proporcionar um diagnóstico mais preciso dos objetivos e finalidades com que os programas são adotados, irão possibilitar a realização de futuras pesquisas e uma maior divulgação destas atividades no âmbito do trabalho. Assim, o propósito deste estudo será investigar como as atividades físico-desportivas são tratadas ou vistas, pelos órgãos empregadores gaúchos, ou seja, qual a sua real função e as possíveis finalidades atribuídas a estas atividades dentro do processo de trabalho e produção.

Mais especificamente, o que se procura com este estudo é obter respostas para os seguintes questionamentos: Qual é a concepção de esporte e atividade física por parte das empresas gaúchas? As empresas gaúchas costumam adotar programas físico-desportivos destinados aos seus funcionários? Que tipo de empresa adota tais programas? Quando estes programas são adotados, quais são as modalidades predominantes e seus reais objetivos ou finalidades dentro do processo de produção?

Material e método

Caracterização da pesquisa

Sob o ponto de vista metodológico este estudo caracteriza-se por uma pesquisa descritiva.

População

A população compreendeu as instituições comerciais, industriais, prestadoras de serviços, agrícolas, e outras, localizadas no Estado do Rio Grande do Sul que atualmente encontram-se vinculadas ao SESI (Serviço Social da Indústria) dos seguintes centros urbanos daquele Estado: Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Pelotas, Novo Hamburgo, Santa Maria e Santa Cruz do Sul.

Amostra

A amostra foi selecionada através da técnica de amostragem aleatória (randômica). Inicialmente foram identificadas todas as empresas que consti-

tuíram a população (1200 empresas) e, a partir daí, foram sorteadas 600 empresas (50%), as quais passaram a constituir o grupo amostral.

Instrumento para coleta de dados

O instrumento de coleta de dados caracterizou-se por um questionário (survey) enviado às instituições que fizeram parte da amostra. Este questionário é constituído por questões objetivas fechadas, que visam retratar a realidade e intenção das empresas gaúchas quanto a existência de programas físico-desportivos acoplados ao processo de produção.

Análise dos dados

Foi empregada uma análise descritiva através da distribuição de frequência de dados nominais. O problema foi considerado segundo variáveis relacionais no sentido de se explicar e justificar sua existência. Neste sentido, buscaram-se possíveis relações envolvendo os programas físico-desportivos com as características apresentadas pela empresa, de modo a possibilitar a identificação da concepção da empresa em relação às práticas físico-desportivas, como também, os horários reservados para tal, as modalidades predominantemente adotadas, a responsabilidade pela coordenação e execução e tipos de controle de produtividade, além de outros fatores.

Tratamento estatístico

Além da análise descritiva dos percentuais obtidos nas tabelas de resultados, o teste não-paramétrico ÷ (qui-quadrado) para duas amostras independentes e o teste “t” de Student foram utilizados em determinados momentos deste estudo, sob um nível de significância de 0,05.

Resultados

Este levantamento a respeito da tipologia básica das atividades físico-desportivas incidiu sobre 144 empresas respondentes localizadas no estado

do Rio Grande do Sul, dentre 574 empresas consultadas naquele Estado. Mais especificamente, foram investigadas empresas localizadas nas seguintes cidades: Canoas (C), Novo Hamburgo (NH), Pelotas (P), Porto Alegre (PA), Santa Cruz do Sul (SCS) e Santa Maria (SM). A Figura 1 demonstra os percentuais das procedências das empresas investigadas.

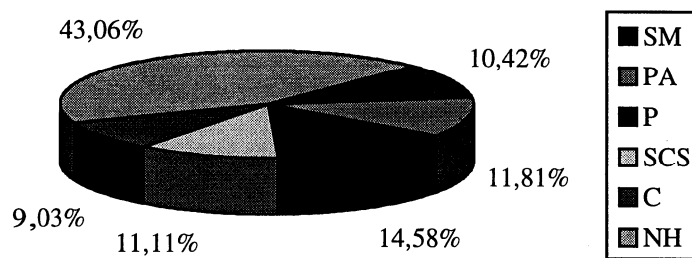


Figura 1-Gráfico representativo da procedência das empresas investigadas

Com relação ao número de funcionários, os resultados demonstraram que empresas com um número de funcionários variando entre 51-100 e superior à 300 predominaram entre aquelas consultadas.

Com relação à existência de espaço físico e/ou instalações para a prática de atividades físico-desportivas, aproximadamente 34,7% das empresas que responderam a questão (50 empresas) afirmam possuir instalações para tais atividades e, 65,2% (94 empresas) não dispõem de instalações para tal. A Tabela 1 identifica o tipo de instalações, quando presentes na empresa.

Tabela 1 - Caracterização dos ramos de atividade das empresas investigadas quanto à existência e o tipo de instalações para prática de atividades físico-desportivas, classificadas por próprias, alugadas e outras.

| | Tipo de Instalações | | | |
|----------------------------|---------------------|----------|--------|----|
| | Próprias | Alugadas | Outras | |
| 1.Agrícola | 2 | | | |
| 2.Indústria | 24 | 6 | 3 | |
| 3.Transportadora | 2 | 2 | 3 | |
| 4.Prestação de Serviços | 3 | | | |
| 5.Financeira | 1 | | | |
| 6.Comercio /Industria | 1 | | | |
| 7.Prod. Energ. Elétrica | 1 | | | |
| 8. Metalurgica | 1 | | | |
| 9.Agro-Pecuária Industrial | 1 | | | |
| TOTAL | 35 | 8 | 7 | 50 |

A relação entre o número de funcionários da empresa e a existência de instalações para a prática de atividades físico-desportivas, indicada na Figura 2..

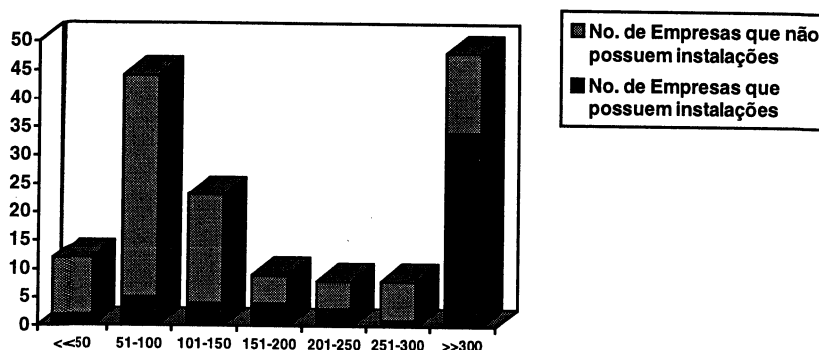


Figura 2- Gráfico representativo da relação entre o número de funcionários e a existência ou não de locais para a prática de atividades físico-desportivas nas empresas investigadas.

Conforme a Figura 2, as instalações são mais freqüentes naquelas empresas cujo número de funcionários é superior à 300 indivíduos.

A questão referente a existência ou não de controle de produtividade nas empresas consultadas indicou que, das empresas respondentes, 65,9% (95 empresas) adotam algum tipo de controle de produtividade, ficando as demais 34,0 % (49 empresas) isentas de qualquer tipo de controle da produção. Pela Figura 3 é possível identificarmos o tipo de controle de produtividade predominantemente adotado.

No que se refere especificamente à caracterização das empresas que adotam algum tipo de prática físico-desportiva voltada aos funcionários, os resultados revelaram um certo equilíbrio, ou seja, das 144 empresas investigadas, aproximadamente 45,1% (65 empresas) afirmaram promover tais atividades e, 54,9% (79 empresas) afirmaram não promover práticas de atividades físico-desportivas voltadas para seus funcionários. A Figura 4 ilustra estes percentuais.

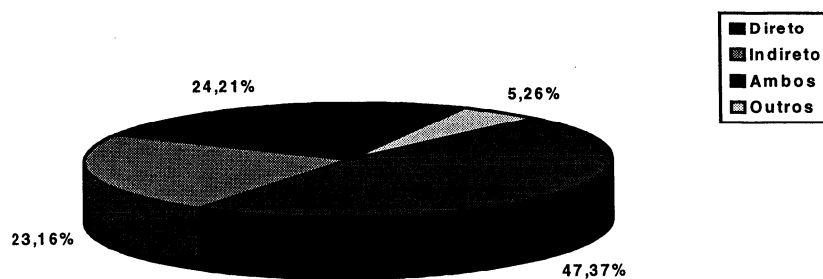


Figura 3 - Gráfico representativo do tipo de controle de produtividade adotado pelas empresas investigadas

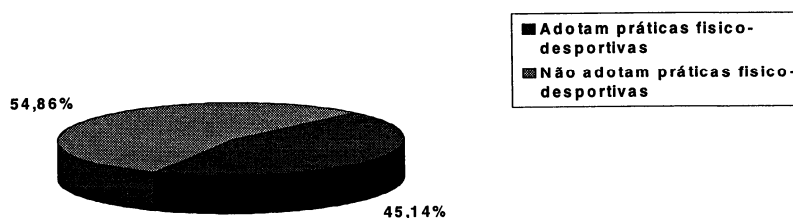


Figura 4 - Gráfico representativo das empresas que adotam ou não práticas físico-desportivas voltadas aos seus funcionários.

Agora, procurando-se associar a adoção das práticas físico-desportivas com a existência de instalações para a realização destas, chegou-se aos seguintes resultados, expressos através da Figura 5.

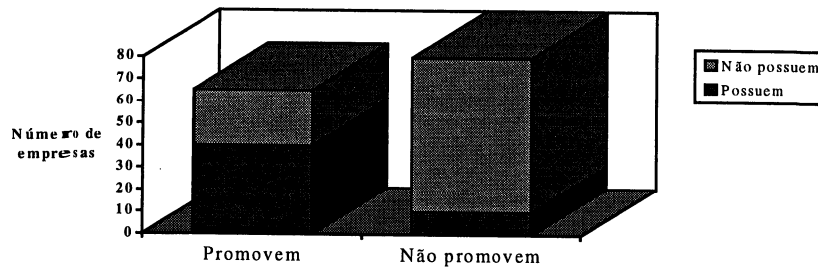


Figura 5 - Gráfico representativo da relação entre a presença de instalações e a promoção de práticas físico-desportivas.

Tratando-se especificamente daquelas empresas que adotam práticas físico-desportivas voltadas para seus funcionários, a Tabela 2 demonstra que estas práticas aparecem com mais frequência naquelas empresas cujo número de funcionários é superior a 300 elementos (macroempresa).

Nota-se ainda, na Tabela 2, que as pausas durante o horário de trabalho e o período matutino (precedendo a ida aos postos de trabalho) são horários praticamente ignorados pelas empresas gaúchas para a prática de atividades físico-desportivas.

Com relação aos horários predominantemente reservados para as atividades físico-desportivas, estes são mostrados na Tabela 3, que indica o período vespertino (após o horário de trabalho) e os finais de semana como sendo os mais utilizados.

Tabela 2 - Relação entre o número de funcionários e a existência ou não de práticas físico-desportivas.

| N. de Funcionários | Adotam práticas | Não adotam práticas |
|--------------------|-----------------|---------------------|
| 1. >50 | 2 | 10 |
| 2. 51 - 100 | 14 | 27 |
| 3. 101 - 150 | 9 | 13 |
| 4. 151 - 200 | 5 | 3 |
| 5. 201 - 250 | 2 | 4 |
| 6. 251 - 300 | 1 | 4 |
| 7. 300 | 32 | 16 |
| TOTAL | 65 | 77 |

Tabela 3 - Caracterização dos horários reservados para as práticas de atividades físico-desportivas nas empresas investigadas.

| Horário | N. de empresas |
|--------------------------------|----------------|
| 1. Manhã precedendo o trabalho | - |
| 2. Intervalo de almoço | - |
| 3. A tarde, após o trabalho | 11 |
| 4. Pausas durante o trabalho | 1 |
| 5. Fins de Semana | 17 |
| 6. À noite após o trabalho | 4 |
| * 7. 2 -3 -5 | 3 |
| *8. 2 - 3 | 3 |
| *9. 3 - 5 | 19 |
| *10. 2 - 5 | 1 |
| *11. Outros | 6 |
| TOTAL | 65 |

* Combinação de dois ou mais dos seis primeiros horários listados.

A variação encontrada entre os objetivos propostos pelas empresas investigadas praticamente impossibilita uma identificação precisa e única da finalidade ou papel que as atividades físico-desportivas desempenham nas empresas gaúchas, entretanto, através de uma associação dos objetivos segundo as quatro variáveis: social, proteção, produção e representação, torna-se possível uma inter-relação entre estas, que demonstra claramente a predominância da variável "social" sobre as demais variáveis.

As quatro variáveis abrangem os respectivos objetivos: a) Social: Integração funcionário/empresa e melhoria das relações entre funcionários;

b) Proteção: Proteção psicossomática e redução de acidentes de trabalho;

c) Produção: Aumentos da produtividade;

d) Representação: Representação externa da empresa junto à comunidade (publicidade).

Esta inter-relação pode ser visualizada através da Figura 6.

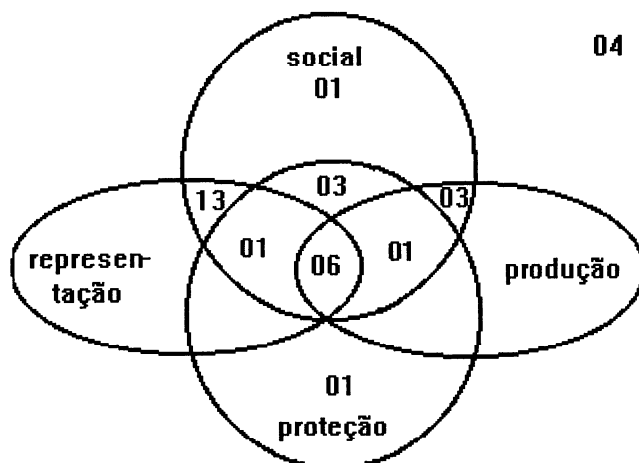


Figura 6 - Caracterização da inter-relação existente entre os objetivos e/ou finalidades das práticas físico-desportivas voltadas aos funcionários das empresas investigadas

Nesta figura percebe-se claramente que a maioria dos objetivos indicados pelas empresas respondentes sempre estiveram associados aos aspectos sociais (melhoria das relações entre funcionários e integração funcionário/empresa) atribuídos às práticas físico-desportivas, uma vez que a maioria dos escores situaram-se dentro da esfera correspondente à variável social.

A tendência socializante atribuída às práticas físico-desportivas na empresa pôde ser evidenciada também quando se procurou relacionar estas atividades à adoção de controles de produção. Esta relação mostrou que das 144 empresas consultadas:

36,8% (53 empresas) promovem práticas físico-desportivas e controlam a produtividade dos funcionários;

29,1% (42 empresas) não promovem práticas físico-desportivas, porém controlam a produtividade dos funcionários;

8,3 % (12 empresas) promovem práticas de atividades físico-desportivas, porém não controlam a produtividade dos funcionários;

25,6% (37 empresas) não promovem práticas físico-desportivas e também não controlam a produtividade.

Graficamente esta relação pode ser observada através da Figura 7:

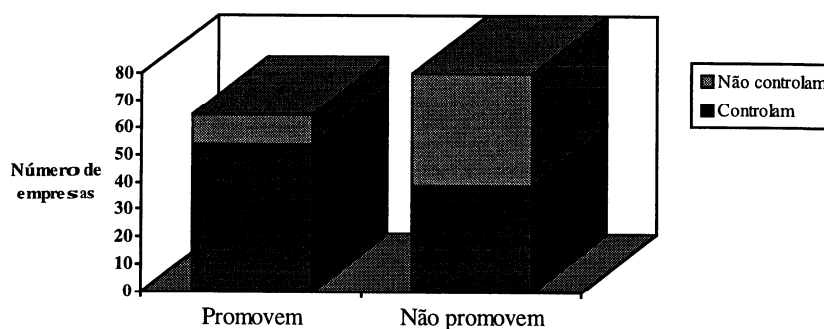


Figura 7 - Gráfico representativo da relação entre a existência de controles de produtividade e a adoção de práticas físico-desportivas voltadas aos funcionários.

Quanto a responsabilidade pela coordenação dos programas físico-desportivos, quando adotados por parte das empresas, esta é demonstrada pela Figura 8.

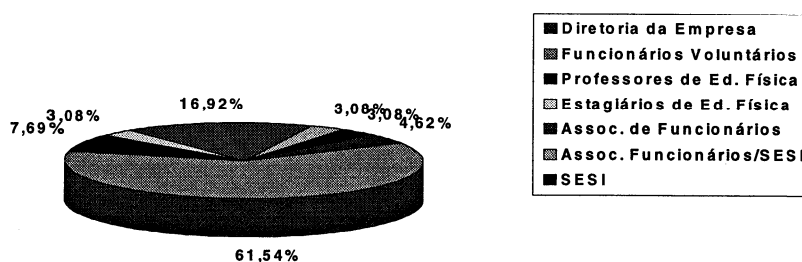


Figura 8 - Gráfico representativo da responsabilidade pela coordenação das práticas físico-desportivas.

Dados semelhantes são encontrados quando investigado a quem compete a função de ministrar e/ou orientar as atividades físico-desportivas na empresa. Contudo, pode-se ainda observar através da Figura 9 que eventualmente também existe a atuação de professores e estagiários de Educação Física e profissionais do SESI na execução destas atividades, porém em pequena frequência.

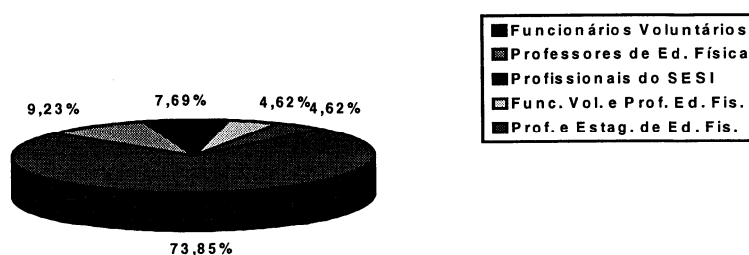


Figura 9 - Gráfico representativo da responsabilidade pela orientação e implementação das atividades físico-desportivas nas empresas investigadas.

Dentre as modalidades de práticas físico-desportivas adotadas ficou demonstrado que as competições externas (campeonatos, torneios, etc) e os jogos esportivo-recreativos (atividades de lazer) representam as modalidades predominantes nos pátios das empresas. Conforme a Figura 10, as competições externas representam a modalidade predominante (33,8%) entre as empresas que adotam práticas físico-desportivas e tal modalidade, quando associada conjuntamente com os jogos esportivo-recreativos, deixa evidente que ambos correspondem às modalidades práticas predominantes.

A investigação também incidiu especificamente sobre aquelas empresas que revelaram não adotar práticas físico-desportivas voltadas para seus funcionários. Neste sentido, procurou-se verificar o interesse destas empresas em implantar, futuramente, programas físico-desportivos voltados aos seus funcionários. Os resultados indicados pela Figura 11 demonstram este interesse.

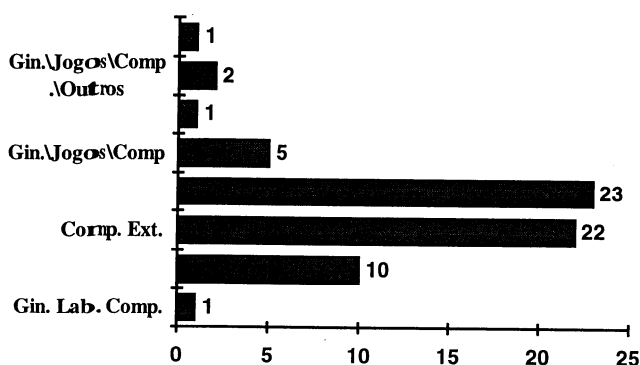


Figura 10 - Gráfico representativo das modalidades de práticas físico-desportivas adotadas pelas empresas investigadas.

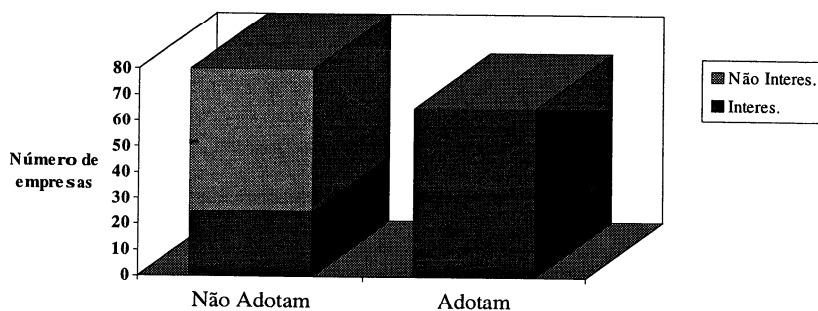


Figura 11 - Gráfico comparativo das empresas que não adotam práticas físico-desportivas e seus respectivos interesses em futura implantação.

Com relação ao objetivo destas futuras práticas, em função da grande dispersão dos resultados, também não foi possível afirmar com clareza qual o objetivo pretendido para com elas, porém os dados deixam transparecer alguns indícios de que estas, além de estarem voltadas as finalidades sociais, freqüentemente são mencionada entre os diferentes objetivos pretendidos, e também nos aspectos inerentes aos aumentos da produtividade, proteção psicossomática e redução dos acidentes de trabalho. Esta hipótese pode ser evidenciada através da Figura 12, onde pode ser visualizada a inter-relação

entre os objetivos fundamentais resultantes do agrupamento destes, segundo quatro variáveis: finalidades sociais, de produção, de proteção e de representação. Através da Figura 12, nota-se que os objetivos das futuras práticas também estão voltados para finalidades sociais, porém os aspectos inerentes aos aumentos da produção e proteção psicossomática são evidenciados na medida em que as frequências de respostas ocorreram associadas a estas finalidades.

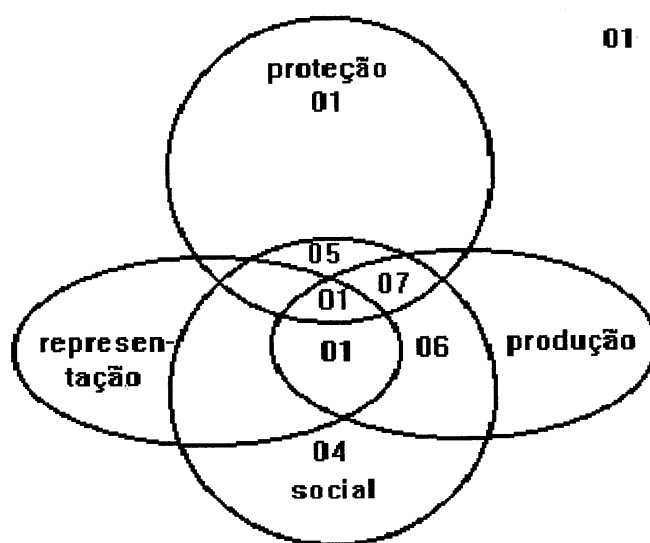


Figura 12 - Caracterização dos objetivos atribuídos às futuras práticas físico-desportivas, quando adotadas pelas empresas investigadas.

Procurando-se ainda analisar a possibilidade de admissão de estagiários e/ou monitores de Educação Física por parte das empresas respondentes, os resultados demonstraram que das 144 empresas consultadas:

- 13,8% (20 empresas) mostraram-se interessadas na admissão de monitores e/ou estagiários de Ed. Física;
- 78,4% (113 empresas) não demonstram interesse na admissão de monitores e/ou estagiários de Educação Física;
- 7,6% (11 empresas) não responderam a questão. Estes resultados podem ser visualizados através da Figura 13 que quantifica este interesse por parte das empresas investigadas.

Agora, com relação ao interesse em receber maiores informações a respeito das atividades físico-desportivas, os resultados mostraram que das 144 empresas consultadas 64,5% (93 empresas) demonstraram interesse em receber maiores informações, 31,2% (45 empresas) não demonstraram interesse sobre o assunto e 4,1% (6 empresas) não responderam a questão. Tais dados deixam evidente a carência de informações a respeito das atividades físico-desportivas na empresa, e podem ser visualizados através da Figura 14.

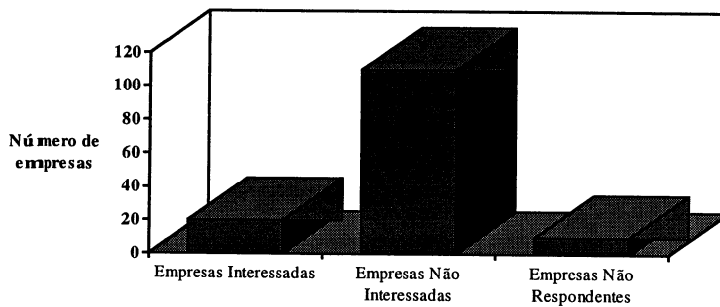


Figura 13 - Gráfico representativo do interesse das empresas quanto a admissão de monitores e/ou estagiários de Educação Física.

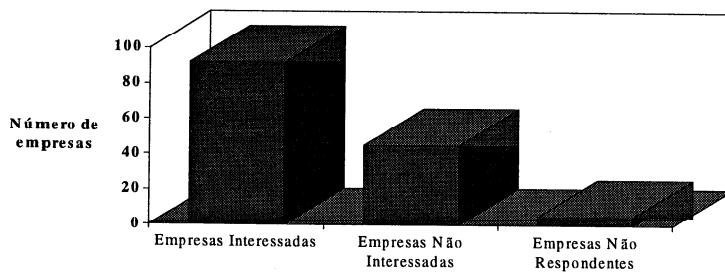


Figura 14 - Gráfico representativo do interesse das empresas em receber maiores informações sobre as atividades físico-desportivas na empresa

Discussão

Inicialmente convém destacar que este levantamento a respeito das atividades físico-desportivas desenvolvidas por empresas do Estado do Rio Grande do Sul foi, de certa forma, prejudicado pelo baixo percentual de respostas obtidas, o qual ficou em torno de 25,1% (144 respostas).

A caracterização das empresas quanto à existência de instalações para a prática de atividades físico-desportivas indicou que elas acontecem em 34,7% das empresas consultadas. Estas instalações, quando presentes na empresa, são freqüentemente propriedade ou patrimônio das mesmas, principalmente aquelas com mais de 300 funcionários. Ao que tudo indica, o porte da empresa representa o fator determinante da existência destes espaços.

A existência de espaço físico para prática de atividades físico-desportivas na empresa pode ser interpretada como um possível mecanismo utilizado pelos órgãos empregadores para proporcionar condições mais favoráveis ao homem que trabalha, uma vez que conforme *Camargo (1990)*, as atividades esportivas de lazer nas empresas é, atualmente, um dos principais indicadores da empresa ajustada ao neo-capitalismo ou capitalismo humanizado. Também para *Verdussem (1978)*, o trabalho deverá ser não somente um meio de sobrevivência, mas também uma motivação, permitindo tanto a satisfação física como mental.

Com relação aos horários que se valem os funcionários para usufruto das ofertas de atividades físico-desportivas, as opções ocorrem fora do horário de trabalho (à tarde) e nos fins de semana. A insignificante freqüência do uso de partes da jornada de trabalho revela que o empregador ainda não se conscientizou do valor da pausa compensatória no trabalho, ou seja, das atividades voltadas para a compensação da monotonia, conseqüente de tarefas repetitivas e solicitações unilaterais durante o trabalho. As atividades implementadas durante os horários são desenvolvidas separadamente do processo de produção, ou seja, não há indícios que os possam relacionar.

Esta aparente separação das práticas físico-desportivas em relação ao processo de produção das empresas investigadas pode ser novamente visualizado mediante a análise dos objetivos atribuídos às atividades físico-desportivas praticadas pelos funcionários, que demonstraram estar voltados à melhoria do relacionamento entre os funcionários, bem como a integração destes com as respectivas empresas. Neste ponto, acredita-se que os objetivos pretendidos para com as práticas físico-desportivas podem ser traduzi-

dos, conforme *Cavalcanti (1981)* no conceito de “sociabilização”, ou seja, comunicação interpessoal, solidariedade, harmonia e cooperação, como também no estreitamento dos vínculos entre o quadro funcional e a empresa.

O sentido da proteção da saúde e redução dos acidentes de trabalho, objetivos específicos da ginástica de pausa, como também o aumento da produtividade e representação externa da empresa, aparentam ser objetivos presentes, porém em grau de envolvimento significativamente menor.

Resultados semelhantes são reportados por *Costa (1990)* que em 1983 já evidenciou a diferença entre a realidade brasileira e o que tem ocorrido ultimamente no exterior, ou seja, os motivos afetos à compensação do “stress” do trabalho, à segurança e a melhoria da forma física não foram fixados por gestores e praticantes brasileiros.

Na realidade, os resultados mostraram que a maioria dos órgãos empregadores consultados interpretam as atividades físico-desportivas na empresa como uma forma de integração, ou seja, em função dos aspectos socializadores destas atividades. Por outro lado, o fator social anteriormente identificado, e os baixos indicativos sugerindo o uso dos programas físico-desportivos voltados ao aumento da produção, não coincidem com a prova estatística realizada entre empresas que promovem práticas físico-desportivas e controlam a produtividade e, empresas que não promovem estas práticas e não controlam a produtividade.

O fato que emerge destes resultados diz respeito ao grau de conscientização e/ou conhecimento por parte dos órgãos empregadores, quanto aos objetivos pretendidos para com as práticas físico-desportivas, uma vez que, estatisticamente chegou-se a um resultado que sugere uma relação não casual entre estas práticas e os controles de produção. Entretanto, tal tendência não é confirmada pelas empresas consultadas durante a identificação dos objetivos pretendidos para com as práticas físico-desportivas.

Dentro deste contexto, é de se supor que no âmbito empresarial gaúcho, ou impera um total desconhecimento das finalidades que podem ser atribuídas a estas práticas, ou fatores éticos nortearam a grande maioria das respostas aqui obtidas.

A questão da produtividade dos funcionários nas empresas é importante, porém delicada, uma vez que frequentemente há motivo de acirradas discussões, principalmente quando se procura aprimorar a mesma através de mecanismos alternativos, como por exemplo, melhorando a aptidão física do indivíduo que trabalha. Os históricos conflitos entre o capital e o trabalho, ou mesmo a tese de cooptação do trabalhador são argumentos frequentemente utilizados como justificativa para a não inserção das ativi-

dades físico-desportivas como mecanismo e/ou forma de incremento da produção. A crítica aqui mencionada é justa na medida em que, para alguns teóricos, os ganhos em saúde por parte do trabalhador não são suficientes para justificar a inclusão das atividades físico-desportivas no processo de trabalho. Por outro lado, a “gestão participativa”, isto é, participação dos funcionários nas decisões e lucros da empresa se apresenta como uma alternativa viável para amenização deste conflito, uma vez que através deste modelo pode-se dizer que ambas as partes saem “ganhando”: a empresa devido ao aumento do seu faturamento e os funcionários através dos ganhos em termos de saúde (física, mental e social) e remuneração salarial.

Ciente de que este modelo ainda está longe de ser uma prática generalizada, pode-se questionar a fidedignidade das respostas obtidas neste estudo, principalmente quanto aos objetivos atribuídos às práticas físico-desportivas, pois uma análise mais criteriosa da Tabela 6 pode nos levar a questionamentos dos motivos pelos quais o item número 5 (aumento da produtividade) obteve uma frequência de aceitação muito baixa, para não dizer insignificante, pois ele jamais foi pretendido de forma isolada, e sim em conjunto com outros objetivos.

Será que os fortes aspectos éticos envolvidos na questão capital x trabalho, cooptação do trabalhador, onde a produtividade é o valor supremo e só dada importância ao que é produtivo, gerador de bens, influenciaram nas respostas obtidas? Será que as empresas gaúchas desconhecem a possibilidade de aumentar a produção no trabalho através da melhoria da aptidão física dos funcionários?

O problema pode parecer um tanto complexo e existem vários fatores, principalmente aqueles de cunho ideológico, que podem proporcionar más interpretações. O que normalmente se verifica é uma severa crítica voltada aos supostos interesses dos órgãos empregadores, quando estes oferecem atividades físico-desportivas para seus funcionários. Por outro lado, uma visão mais realista desta situação deixa bem claro que um posicionamento radical e irreflexivo a respeito deste fato poderá levar à negação do direito de existência destas atividades em determinados segmentos da sociedade, no caso, a classe trabalhadora.

No que se refere aos aspectos profissionais, a responsabilidade pela coordenação (Figura 8) e implementação das práticas físico-desportivas (Figura 9), no presente estudo, aparentemente são atribuídas a funcionários voluntários e em grau significativamente menor, a professores de Educação Física e ao SESI. Os dados levantados nesta investigação demonstram que a Ed. Física, através de seus profissionais, ainda não despertou efetivamente

para o valor das manifestações físico-desportivas dentro da empresa.

A questão da formação de profissionais capacitados para atuarem neste meio é de relevante importância, uma vez que, conforme *Gaelzer (1985)*, os problemas relacionados às atividades físico-recreativas para a indústria e o comércio são múltiplos e a tendência de contratação de especialistas para a organização dos programas pode resultar que muitos deles, as vezes improvisados na empresa, desconhecem com profundidade a importância de sua função, bem como a metodologia de trabalho, encontrando-se despreparados para elaborar, organizar e coordenar um programa de alta qualidade, de acesso a todos, com atividades apropriadas às características do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores (programa de recuperação psicossomática), respeitando ainda seus níveis de maturidade motora, capacidade de rendimento e interesse pessoal. Sob este aspecto, torna-se de relevante importância a atenção especial aos profissionais que atuam nestes setores, os quais devem enfatizar primordialmente uma melhor qualidade de vida, evidenciada através de uma melhoria no estado de ânimo e pré-disposição para o trabalho e lazer do trabalhador e não a produção de um melhor atleta, artista ou ator.

Outro aspecto interessante apontado pela pesquisa, refere-se às modalidades de atividades físico-desportivas predominantemente adotadas pelas empresas gaúchas. Neste ponto, as competições externas e os jogos esportivo-recreativos representam as modalidades predominantes no meio empresarial do Rio Grande do Sul. Estes dados coincidem com os horários reservados para as práticas, que evidencia, novamente a falta de consciência dos órgãos empregadores para com o valor das pausas compensatórias durante o trabalho. Também a ginástica generalizada que normalmente é adotada no período matutino, antes da ida aos postos de trabalho, é praticamente ignorada pelas empresas que responderam a questão.

Curiosamente, percebe-se aqui uma coerência entre os objetivos, as modalidades e os horários das atividades físico-desportivas nas empresas do Rio Grande do Sul, visto que os primeiros são voltados aos aspectos da interação social, através de modalidades esportivas eleitas pelos próprios funcionários (em muitos casos o futebol), praticadas fora do horário de trabalho. Os objetivos visando os aspectos psicossomáticos (de saúde), preventivos e de produção, obtidos mediante programas de ginástica laboral compensatória e/ou ginástica generalizada, são praticamente inexistentes.

Esta coerência de resultados entre os horários reservados para as práticas físico-desportivas e as modalidades das atividades adotadas pelas empresas permite, mesmo que indiretamente, identificar a concepção de esporte

e/ou atividade física por parte das empresas gaúchas. Sendo as modalidades de atividades físico-desportivas adotadas por parte das empresas investigadas caracterizadas por “jogos esportivo-recreativos” e “competições externas” (campeonatos e torneios), praticados após o horário de trabalho (período vespertino) e nos fins de semana, pode-se supor que tais modalidades correspondam ao denominado “esporte tradicional”, onde o princípio do rendimento (busca do rendimento corporal), sistema de hierarquização (hierarquia de performances), princípio da organização burocrática (organizado segundo regras oficialmente definidas) e princípio da publicidade (complexo audiovisual objetivando aumentar o número de praticantes, convertendo-os em consumidores potenciais) se fazem presentes.

Uma vez evidenciada tal concepção, a associação desta com os objetivos pretendidos para com as práticas físico-desportivas acabam por revelar uma situação peculiar, merecedora de especial análise crítica. Quando apontada a melhoria das relações entre funcionários e a maior integração destes com as respectivas empresas como objetivos dos “jogos esportivo-recreativos” e “competições externas”, o que cabe aqui é a seguinte pergunta: De que forma tais objetivos poderão realmente vir a ser alcançados mediante a prática das modalidades físico-desportivas evidenciadas?

Como já foi citado, os objetivos apontados pelas empresas respondentes traduzem o conceito da sociabilização (comunicação interpessoal, solidariedade, cooperação, etc) e estreitamento dos vínculos entre funcionário e empresa, ao mesmo tempo em que as modalidades adotadas para consolidação destes objetivos, segundo a “crítica social do esporte”, não possibilitam a socialização - tornar social, de acesso a todos - uma vez que a concepção de “esporte tradicional”, mesmo a nível “recreativo”, acaba por excluir boa parcela do quadro funcional da empresa (aqueles que não “sabem jogar”), em função dos princípios norteadores de sua prática, listados anteriormente.

Assim sendo, o que é operacionalizado nas práticas físico-desportivas vistas neste estudo é a sociabilização. Surge aqui questão levantada por *Cavalcanti (1981)*, quando da redução das atividades físico-desportivas à sociabilização, uma vez que, ocorrendo esta redução, não se criam defesas a fim de impedir que a ideologia do esporte de “rendimento” passe a nortear as práticas, fazendo com que gradativamente a participação fique limitada àqueles funcionários cuja aptidão, voltada às habilidades esportivas, sobressai frente aos demais colegas de profissão. Este fato necessariamente nos obriga a uma reinterpretação do esporte sob uma forma especificamente socializadora.

Uma análise pormenorizada desta situação deixa transparecer que as

práticas físico-desportivas adotadas por empresas gaúchas, mesmo que organizadas e implementadas por “funcionários voluntários”, reproduzem um modelo de esporte característico da ideologia burguesa e não é algo cuja neutralidade política se deixa parecer, o que seria bastante salutar, caso esta não neutralidade estivesse dirigida aos reais interesses e necessidades da classe trabalhadora para com as atividades físicas ou esportivas. Tais necessidades traduzem-se mediante um compromisso político-ideológico que permite o acesso geral e irrestrito dos trabalhadores a uma cultura físico-desportiva desmistificada, ou seja, livre de interesses alheios àqueles ensejados pelos trabalhadores.

Novamente aqui parece-nos conveniente enfatizar o papel da classe empregadora para com a classe operária, que deveria responsabilizar-se pela recuperação psicossomática de seus funcionários durante a jornada de trabalho, permitindo assim que estes pudessem realmente desfrutar do seu tempo livre no final do dia de trabalho e nos fins de semana. Na questão relativa ao papel dos sindicatos, a quem realmente compete a função de negociador, no sentido de reivindicar melhores condições de vida ao trabalhador, traduzida na forma de lazer e de saúde ocupacional no ambiente de trabalho. Pensamos que tais questões deveriam, ser uma das principais bandeiras de luta dos sindicatos da classe trabalhadora, pois, como bem reporta *Cavalcant (1981)*, se o sistema usufrui da força de trabalho do indivíduo, por que também não se responsabiliza diretamente por sua recuperação?

Com relação ao caráter científico, a maioria das empresas que participaram deste estudo não possuem uma comprovação da validade científica ou econômica sobre as atividades físico-desportivas promovidas junto aos seus funcionários e nem sobre o impacto de tais atividades na redução dos custos de atendimento de saúde, no absenteísmo e na produtividade, supondo-se que estas atividades no âmbito da empresa, conforme *Costa (1990)*, é mais um fenômeno cultural do que propriamente gerencial.

Mais uma vez os resultados nos levam a supor que os benefícios dos exercícios físicos na condição de vida do homem, tão bem evidenciados pela literatura especializada, ainda não foram completamente compreendidos tanto pelos órgãos empregadores gaúchos, como por seus funcionários. Este suposto desconhecimento dos benefícios das atividades físico-desportivas no processo de trabalho também pode ser evidenciado através da análise do percentual de empresas respondentes que não adotam qualquer tipo de prática físico-desportiva voltada para seus funcionários. Os dados levantados neste estudo mostram que das 144 empresas consultadas, 54,86 % delas (79 empresas) afirmam não as promover.

Através destes resultados pode-se verificar que uma parcela significativa da amostra não adota qualquer tipo de programa físico-desportivo, o que deixa margem para inferências no sentido de que tais dados retratam; a) o desconhecimento que boa parte das empresas gaúchas possuem a respeito dos benefícios sociais (com relação aos empregados) e financeiros (com relação à empresa) destas atividades no âmbito do trabalho; e/ou b) os reflexos da atual crise recessiva em que se encontra a economia do país, como anteriormente mencionado, aparentemente não se caracteriza como um fator limitante da implantação destas atividades, já que há espaço para a realização destas práticas.

Por outro lado, quando verificado o interesse destas empresas em futuramente adotar práticas físico-desportivas voltadas para seus funcionários (Figura 13), os resultados revelaram que do montante de empresas que não adotam tais práticas (79 empresas), 32,9% (26 empresas) mostraram-se interessadas nesta possibilidade e, estas futuras práticas estariam voltadas, principalmente, a finalidades sociais (integração dos funcionários com a empresa e melhoria das relações entre os funcionários) e, secundariamente, aos aspectos relativos aos aumentos de produção e proteção da saúde do trabalhador (Figura 14).

A tendência se mantém, mostrando que a visão dos órgãos empregadores gaúchos em relação às atividades físico-desportivas na empresa realmente está voltada aos aspectos socializadores que estas atividades proporcionam, entretanto percebe-se desde já alguns indícios que indicam uma provável mudança do paradigma atualmente adotado.

Procurando ainda identificar as possibilidades de admissão de estagiários e/ou monitores de Educação Física por parte da empresa, os resultados revelaram que, do número total de empresas consultadas, apenas 13,9% (20 empresas), que também adotam práticas físico-desportivas, demonstraram interesse na admissão, 78,4% (113 empresas) não demonstraram interesse e 7,6% (11 empresas) não responderam a questão (Figura 15).

Estes dados comprovam mais uma vez que a Educação Física, como corpo organizado de conhecimentos, apresenta-se distanciada do processo de trabalho na empresa, uma vez que os espaços a ela pertinentes neste meio, encontram-se, na maioria das vezes, ocupados por “funcionários voluntários” da própria empresa, fato este que pressupõe alguns riscos para os próprios funcionários, uma vez que, como se refere *Gaelzer* (1985), nestas atividades a preocupação principal deve estar voltada ao ser humano como um todo, entretanto raramente ocorre aos “especialistas” estudar a pessoa neste sentido, considerando suas reais necessidades.

Por fim, se os resultados até aqui evidenciados pelas empresas investigadas deixaram margens para certas indagações quanto a qualidade e efetividade dos programas físico-desportivos adotados, uma vez que aparentemente detectou-se um certo desconhecimento técnico por parte dos órgãos empregadores, o interesse em receber maiores informações sobre o assunto é demonstrado pela grande maioria das empresas consultadas. O expressivo percentual de 64,5% (93 empresas) deixa claro que a estas empresas interessa o aprofundamento dos conhecimentos nesta área.

Na realidade, a experiência brasileira é limitada àquelas empresas cujo número de funcionários é suficientemente grande a ponto destes organizarem-se através de associações, das quais partem as iniciativas para estas manifestações. Estas atividades atingem apenas segmentos da empresa, pois, pode-se inferir que os esportes culturalmente eleitos pelos praticantes são os mais adotados, entretanto parece que nestas atividades excluem parcelas significativas do quadro de funcionários da empresa, como por os aquele do sexo feminino, cujas preferências esportivas nem sempre combinam com os do sexo masculino.

Esta questão do acesso dos funcionários às atividades físico-desportivas não pode ser claramente identificada, no entanto o fato de se diagnosticar as competições esportivas no âmbito externo da empresa como modalidade predominante, leva-nos a crer que apenas aqueles funcionários com aptidão física relacionada às habilidades esportivas usufruem destas práticas. Neste ponto a experiência gaúcha, parece assemelhar-se à alemã, no caso particular do conglomerado Bayer, o qual investe milhões de marcos no item “prática esportiva”.

A nível estadual, o presente estudo demonstra que a experiência gaúcha, a respeito das atividades físico-desportivas na empresa, é confusa, pois não mostra evidências significativas de comprovações das validações científicas destas atividades no âmbito do trabalho. O conhecimento destas empresas sobre tais atividades demonstrou ser parcial e restrito apenas aos aspectos inerentes à interação social entre funcionários e empresa, estando os demais fatores como a proteção psicossomática, ganhos de produtividade, redução nos índices de absenteísmo-doença, redução dos acidentes de trabalho, aparentemente inoperantes neste meio.

A reinterpretação do processo produtivo em função da oferta das atividades físico-desportivas orientadas às necessidades e interesses do trabalhador no sentido da catarse e livre gestão é fundamental, pois estas atividades além de contribuírem, conforme a literatura consultada, para o aumento

da produtividade (meta da empresa), desenvolverá as qualidades do trabalhador exigidas pela natureza de sua profissão (melhor pré-disposição para o trabalho, menor desgaste físico e energético, melhor estabilidade emocional, auto-estima, etc).

Esta nova ótica do processo produtivo certamente deverá passar pela reflexão proposta por *Lenk (1990)* a cerca da crítica ao “princípio do desempenho”, da qual há de se extrair um consenso, uma vez que, conforme o autor, a utopia de Marx da “livre auto-atividade” do homem criador, ou mesmo a idéia de Marcuse de um trabalho “libidinosamente empreendido” numa cultura com base no “instinto lúdico”, ainda permanecerão por muito tempo imagens irrealizáveis de uma organização do trabalho, principalmente em sociedades capitalistas subdesenvolvidas. No entanto persistirão as possibilidades de uma aproximação tendencial um pouco maior destes ideais na era da automação, através de melhores informações sobre a escolha da profissão, facilitação na troca de formação e uso das possibilidades de uma apropriação “prazerosa” do trabalho.

Esta nova ótica do processo produtivo, onde necessariamente deverão estar presentes as atividades físico-desportivas orientadas por profissionais especializados dentro da empresa, certamente levará o trabalhador a um melhor aproveitamento de suas horas livres, uma vez que o trabalho não mais o desgastará tanto, restando-lhe vigor para usufruto do tempo livre, o que conseqüentemente resultará em uma maior satisfação pessoal e aumento do seu desempenho nas tarefas laborativas e sociais.

Conclusão

De início deve-se ressaltar que através das freqüências de respostas aqui obtidas, fica demonstrado que a existência das atividades físico-desportivas no âmbito das empresas gaúchas é uma realidade e estas manifestações, mesmo que organizadas de forma assistemática, comprovadamente fazem parte do processo de trabalho/produção daquele Estado.

O universo de empresas dos municípios gaúchos envolvidos na investigação interpreta estas manifestações físico-desportivas em função de seus aspectos socializadores e integrativos, entretanto, apesar desta clara evidência, não significa que um tratamento científico e sistematizado seja utilizado na implementação de tais atividades. Pelo contrário, não ficou demonstrado qualquer indicativo de comprovação das validações científicas nestas ativi-

dades, ou seja, não há nenhum suporte teórico que demonstre os objetivos pretendidos de alguma forma são ou foram atendidos.

Por outro lado, surpreendente também foi a baixa incidência de respostas compartilhando com os fatores preventivos, produtivos e de representação externa da empresa, que as atividades físico-desportivas podem proporcionar. Quanto a estes fatores, pode-se concluir que o nível de informação que as empresas gaúchas investigadas possuem sobre os benefícios destas atividades, no que se refere à prevenção ou mesmo restabelecimento dos processos degenerativos, como a redução da gordura corporal e do colesterol, redução da tensão arterial, eliminação dos problemas de coluna, de ansiedade e da depressão, ou mesmo no que refere-se aos aumentos da produtividade, redução dos acidentes de trabalho, redução da rotatividade de pessoal e do absenteísmo, etc, é bastante limitado, a ponto de não existir evidências que possam sequer relacionar as atividades físico-desportivas nas empresas com os controles indiretos de produtividade que, necessariamente, estão voltados aos acidentes de trabalho, às faltas ao trabalho, à incidência de problemas de saúde nos trabalhadores, etc.

Na realidade, as atividades físico-desportivas nas empresas gaúchas são tidas como um mecanismo utilizado para a sociabilização dos trabalhadores, uma vez que a ênfase atribuída às relações sociais entre funcionários e destes com a empresa pode ser claramente visualizada mediante as respostas aqui obtidas

Esta tendência novamente se reafirma mediante a análise dos horários reservados para tais atividades, como também pelas modalidades predominantemente adotadas, estas últimas voltadas eminentemente aos aspectos culturais de cada comunidade. O fato de praticamente serem ignorados o valor das pausas de compensação durante o trabalho ou mesmo os diferentes tipos de ginástica voltada às necessidades orgânico-funcionais dos trabalhadores revela sérias e preocupantes deficiências no conhecimento científico sobre os benefícios das atividades físico-desportivas no ambiente de trabalho.

Para a Educação Física, que busca a disseminação destes conhecimentos voltados a correta e eficiente utilização das atividades corporais, este fato é motivo de inquietação, principalmente quando nos deparamos com “funcionários voluntários” sem uma formação profissional adequada, incumbidos de coordenar e implementar estas atividades nos pátios das empresas. Acreditamos estar na hora de uma reformulação nos currículos dos cursos de Educação Física, de modo a permitir a inclusão de disciplinas que visem dar aos acadêmicos uma visão mais clara das relações sociais do tra-

balho e da responsabilidade social dos órgãos empregadores.

A realidade até aqui ilustrada com certeza não atende aos propósitos e interesses da Educação Física, porém tal realidade não é estática e imutável, portanto, uma transformação deste quadro é possível mediante maior número de estudos científicos neste campo, que em função do interesse diagnosticado nas empresas consultadas quanto a futura implantação, ou mesmo recebimento de informações sobre atividades físico-desportivas na empresa, apresenta-se extremamente promissor para Educação Física, desde que corretamente explorado. Aqui, a pesquisa deverá ser incentivada tanto a nível docente como discente, no sentido de divulgar os temas relativos aos benefícios provenientes das atividades físico-desportivas no âmbito do trabalho, tanto na perspectiva da empresa como do trabalhador.

É preciso mais do que nunca superar certos preconceitos em relação ao caráter utilitário das atividades físico-desportivas na empresa, decorrentes principalmente dos históricos conflitos ideológicos entre o capital e o trabalho. O fato das atividades físico-desportivas possibilitarem aprimoramentos na produtividade não deve ser visto com algo que oprime, aliena ou mesmo explora o homem que trabalha, pelo contrário, deve ser visto como algo vantajoso para ambas as partes, ou seja, tanto para o trabalhador como para o empregador; o primeiro pelas melhores condições de saúde e de vida, e o segundo pelos aumentos da produção, decorrentes da melhor pré-disposição e qualidade de vida dos trabalhadores.

O que se sugere é uma transparência quanto aos objetivos propostos para as práticas físico-desportivas, isto é, o aumento da produção deve ser buscado, porém sempre como conseqüência direta das melhores condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Neste sentido, a "gestão participativa", ou seja, a participação dos funcionários tanto nas decisões tomadas pela empresa como também nos lucros proporcionados por esta, parece ser uma alternativa perfeitamente adequada ao modelo capitalista de produção. A adoção de tal estratégia amenizaria acentuadamente a crítica direcionada à cooptação do trabalhador mediante a adoção de programas físico-desportivos na empresa voltados à produtividade, uma vez que o aumento da produção gerado por tais programas passaria a ser objetivo de ambas as partes, o órgão empregador e os funcionários da empresa.

A gestão participativa seria a alternativa para que ambas as partes "saíssem ganhando", a empresa pelo aumento do faturamento financeiro e os funcionários por melhores condições de saúde e, salários.

Nesta nova ótica acredita-se que prática de atividades físico-desportivas orientada por profissionais especializados dentro da empresa proporcina ao

trabalhador um melhor aproveitamento de suas horas livres, trazendo com esta prática periódica, além da satisfação pessoal, um aumento da sua produtividade e remuneração. Assim, pode-se concluir que o aspecto fundamental desta questão deve ser direcionado cada vez mais a humanização do trabalho, através do respeito à saúde do trabalhador, a uma justa remuneração, a sua segurança e sanidade no local de trabalho, uma vez que é inevitável o fato da atividade laboral ficar com o maior período do tempo existencial. As empresas devem ter consciência de que, diante da difícil possibilidade de humanizar o trabalho, cabe-lhes, a obrigação de contribuir para que o tempo livre do trabalhador, seja vivenciado de forma mais digna e libertária.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1987.
- ARAÚJO, C.G. Exercício físico na promoção da saúde. In: *Exercício e Saúde*, Un.IV. Brasília: SEED MEC, 1986a.
- ARAÚJO, W.B. *Ergometria & Cardiologia Desportiva*. Rio de Janeiro: Medsi, 1986b.
- ASTRAND, P.O. & RODAHL, K. *Tratado de Fisiologia do Exercício*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- AZEVEDO, R. N. Atividade física na sociedade contemporânea. In: *Revista Brasileira de Educação Física*. v. 12, nº 44, p.07-19, Jan./Mar. 1980.
- BACAL, S. S. Lazer: *Teoria e Pesquisa*. São Paulo: Loyola, 1988.
- BARBANTI, V. J. *Aptidão Física: um convite a saúde*. São Paulo: Manole, 1990.
- _____. *Exercícios Aeróbicos*. São Paulo: CLK Balieiro, 1985.
- BECKER Jr, B. A corrida: uma nova psicoterapia? *Comunidade Esportiva*. Rio de Janeiro: nº 34, Ano V, p.2, Set./Out. 1985.
- BETTI, M. Esporte, Educação e Socialização: algumas reflexões a luz da sociologia. *Revista Kinesis*. Santa Maria: nº 4, v. 1, p.31-43,
- BORMS, J. Exercício físico, aptidão física e o novo paradigma de saúde. In: ACTAS AS JORNADAS CIENTÍFICAS, 1988, Portugal. *Anais...* Desporto, Saúde e Bem Estar: Universidade do Porto, 1988. p.111-118.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais. 1988.
- BRATCH, V. *Esporte e Poder*. Brasília, 1989, mimeo.
- _____. *Educação Física a Aprendizagem Social*. Porto Alegre: Magister, 1992.
- CAMARGO, L.O.L. *O que é Lazer?* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1986.
- _____. Lazer nas Empresas - tendências de um novo DRH. *Esporte e Lazer na empresa*. Brasília: MEC SEED, 1990.
- CAVALCANTI, K. B. A função cultural do esporte e suas ambigüidades sociais. In: *Teoria e Prática do Esporte Comunitário e de Massa*. Rio de Janeiro:

- Palestra Edições, 1981. p.301-316.
- COSTA, L.P. **Fundamentos do lazer e esporte na empresa**. Esporte e Lazer na Empresa. Brasília: MEC-SEED, 1990.
- COSTA, O. **Desporto e qualidade de vida**. In: ACTAS DAS JORNADAS CIENTÍFICAS, 1988, Portugal. **Anais...** Desporto, Saúde e Bem Estar: Universidade do Porto, 1988. p.53-60.
- COSTA, V. L. M. **Prática da Educação Física no 1º Grau: Modelo de reprodução ou perspectiva de transformação?** 2ª ed. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- DANTAS, E. H.. **Condicionamento Físico para Não-atletas**. Campo Grande: Secretaria de Desenvolvimento do Desporto e Lazer, 1987.
- DIECKERT, J. **Esporte de Lazer: tarefa e chance para todos**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.
- DRAGAN, I. **Recuperação no Trabalho pelo Desporto: Uma via de equilíbrio individual na sociedade moderna**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- FAIN, G. Why Employee Recreation? An introduction. **Journal of Physical Education, Recreation and Dance**. October, 1983.
- FARIA Jr., A. G. Educação física no mundo do trabalho: Ginástica de pausa, em busca de uma metodologia. **Esporte e Lazer na Empresa**. Brasília: MEC SEED, p.105-118, 1990.
- FERRARI, A. T. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.
- FERREIRA, A. B. H. **Pequeno Dicionário Brasileiro da língua Portuguesa**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, s/d.
- GAELZER, L. **Lazer, Recreação e Trabalho**. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 1985.
- GRANDO, J.C. **Atividades esportivo-recreativas e produtividade numa indústria**. Esporte e Lazer na Empresa. Brasília: MEC SEED, p. 99-103, 1990.
- GRIFI, G. **História da Educação Física e do Esporte**. Porto Alegre: DC Luzzato, 1989.
- HARGREAVES, J. **Sport, Power and Culture**. Nova Iorque: St Martins Press, p.5, 1986.
- HEMÉRITAS, A. B. **Organização e Normas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1986.
- HOBERMAN, J. **Sport and Political Ideology**. Austin: University of Texas, 1984.
- HOLMANN, W. & HETTINGER, Th. **Medicina de Esporte**. São Paulo: Manole Ltda, 1989.
- HULLEMANN, K. D. **Medicina Esportiva: Clínica e Prática**. São Paulo: EPU-EDUSP, 1978.
- HOWE, C. Z. Establishing Employee Recreation Programs - A humane rationale, **Journal of Physical Education, recreation and Dance**. October, 1983.
- IGNATIEV, N & OSSIJSOV, G. Le Communisme et le Problème des Loisirs. In: **Espirit**, Jun/1979.
- JARDIM, L. Suor e Lucros. **Revista Isto É**. São Paulo: Três, nº 1206, p.46-47, Novembro, 1992.
- KATCH, F.I. & McARDLE, W. D. **Nutrição, Controle de Peso e Exercício**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1990.
- KOLLING, A. Ginástica Laboral Compensatória. **Revista Brasileira de Educação Física**. nº 44, p.20-23, jan/mar 1980.
-

- LAMB, D. R. *Fisiologia del Ejercicio - respuestas y adaptaciones*. Madrid: Editorial Augusto E. Pila Telena, 1978.
- LEFEBVRE, H. *Everyday Life in the Modern World*, Harper Torchbooks, 1971.
- LEITE, P. F. *Aptidão Física - Esporte e Saude: Prevenção e reabilitação de doenças cardiovasculares, metabólicas e psicossomáticas*. São Paulo: Robe Editorial, 1990.
- _____. *Fisiologia do Exercício, Ergometria e Condicionamento Físico*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1986.
- LENK, H. *Razão Pragmática: a filosofia entre a ciência e a práxis*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- LEON, A. S. et al. Effects of a vigorous walking program on body composition, and carbohydrate and lipid metabolism of obese young men. In *The American Journal of Clinical Nutrition*. nº 32, p.1776-1787, September, 1979.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- MARCOLINO, L. C. et al. A questão social do lazer e esporte na empresa. Campinas: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte - Lazer como tema*, v.12, nº1, 2 e 3. 1992.
- MATHEWS, D. K. *Programa Básico de Preparo Físico*. Lince Editorial. v.II, 1979.
- MATHEWS, D. K. & FOX, E. L. *Bases Fisiológicas da Educação Física e dos Desportos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1986.
- MAZO, J. & GOELLNER, S.V. Esporte e meios de comunicação: uma reflexão crítica. Santa Maria: *Revista Kinesis*, v.6, nº 01, Jan/Jun. 1990.
- MELLEROWICZ, H. *Bases Fisiológicas do Treinamento Físico*. São Paulo: EPU-EDUSP, 1987.
- MOREHOUSE, L.E. & MILLER Jr., A.T. *Fisiologia del Ejercicio*. 3ª ed. Buenos Aires: Libreria "El Atheneu" Editorial, 1976.
- MOSQUEIRA, J. & STOBBAUS, C. *Psicologia do Desporto*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1984.
- NAHAS, M. V. *Fundamentos da Aptidão Física Relacionada à Saúde*. Florianópolis: UFSC, 1989.
- ORTEGA, J. & GASSET. *The Sportive Origen of the State, History as a System*. Nova Iorque: 1961.
- PEGADO, P. Saúde e atividade física na empresa. *Esporte e Lazer na Empresa*. Brasília: SEED/MEC, 1990.
- PINTO, J. R. *Aptidão: Qual? Para quê? Para quem? Medicina e Esporte*. Rio de Janeiro: Editora Eléa, 1983.
- PRIETO, L. M. C. *Deporte y Estado. Madri: Editorial Labor*, 1979.
- PEREIRA, F. M. *A Ginástica Intervalada Como Atividade Física Utilitária*. Santa Maria: UFSM, 1987. Dissertação (Mestrado em Educação Física) Universidade Federal de Santa Maria, 1987.
- POLLOCK, M. L. et al. *Exercícios na Saúde e na doença: Avaliação e prescrição para prevenção e reabilitação*. Rio de Janeiro: MEDSI, 1989.
- REY, R. *Por que de la Gimnasia Laboral*. Habana, Cuba: Imprenta Inder, 1963.
- SANTIN, S. *Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade*. Ijuí, RS: Unijuí, 1987.

- SARUP, M. **Marxismo e Educação**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- SCHRODER, U. Entre o prazer e a competição. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**. p.53-63, Abr./Set. 1983.
- TUBINO, M. G. **Teoria Geral do Esporte**. São Paulo: Ibrasa, 1987.
- VERDUSSEN, R. **Ergonomia: A racionalização humanizada do trabalho**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e científicos, 1978.
- VOGEL, J. A. et al. Mudanças no condicionamento aeróbico e gordura corporal durante o treinamento de recrutas do exército. **International Journal of Obesity**, n. 10, p.511-517, 1978.
- WORK, J. A. **How Healthy are Corporate Fitness Programs? The Physical and Sports medicine**, V.3, N.17, March, 1989.

Prof. do Curso de Educação Física da Universidade de Brasília

Prof. Dr. do CEFD/UFSM
